

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – Mesa da Assembleia
- 1.3 – Comissão

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Plenário

3 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 21/9/2022

Presidência da Deputada Ana Paula Siqueira

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Doutor Jean Freire – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Carlos Pimenta – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Leninha – Léo Portela – Mauro Tramonte – Professor Wendel Mesquita – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes.

Falta de Quórum

A presidente (deputada Ana Paula Siqueira) – Às 14h4min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 22, às 14 horas, com a ordem do dia que foi publicada na edição anterior.

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 6/6/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom –, tendo como objeto a prestação de serviços de adolescentes trabalhadores – parecer favorável ao realinhamento de preços por aumento do valor do salário mínimo vigente, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº

5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 13 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de junho de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 13/6/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Alencar da Silveira Jr. referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 14 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 14 de junho de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 20/6/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.794/2022, altera a Deliberação nº 2.596, de 15 de setembro de 2014, que dispõe sobre o funcionamento da Biblioteca Deputado Camilo Prates da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e estabelece a política de desenvolvimento de seu acervo. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Agostinho Patrus referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; Requerimento nº 9.520/2021, de autoria da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações consubstanciadas na relação de empresas de transporte de passageiros com linhas regulares municipais, intermunicipais e interestaduais; de empresas de transporte de passageiros do fretamento contínuo e eventual cadastradas no DER-MG; e no número de veículos cadastrados no DER que operam nos transportes de passageiros – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 10.227/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer a inserção, nos anais da Casa, do pronunciamento do Senador Antônio Anastasia (PSD/MG), indicado pela bancada do seu partido e aprovado pelo Senado Federal para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 10.271/2022, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os gastos com combustível referentes às aeronaves do Estado no exercício de 2021, incluindo as executivas e as utilizadas pela área de segurança pública – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 10.407/2022, de autoria da Comissão de Transporte,

Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre projeto de obra para o trecho de continuidade da Rodovia MG-350, que faz a ligação à BR-459, próximo ao Município de Itajubá, passando por Delfim Moreira, Marmelópolis e Virgínia até Pouso Alto – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 10.576/2022, de autoria do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações consubstanciadas no relatório sobre o funcionamento do serviço de atendimento ao usuário das rodovias estaduais denominado Disque 155, abrangendo os últimos seis meses, o qual deverá abranger informações sobre os horários de funcionamento do serviço, os números de atendimentos mensais, o tempo médio de atendimento do usuário e sobre a real efetividade do serviço para a solução das demandas apresentadas pelos usuários das rodovias estaduais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 10.601/2022, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas nos estudos realizados para apontar como o projeto do novo rodoanel irá reduzir a gravidade e o número de acidentes de trânsito do Anel Rodoviário, devendo ser os referidos estudos disponibilizados, na íntegra, para o conhecimento da sociedade; nos estudos realizados para averiguar a possibilidade de se alcançar a melhoria desejada com o novo rodoanel, através do alargamento das pistas e das áreas de escape do Anel Rodoviário existente, acompanhados do detalhamento das respectivas obras e custos; nos estudos dos sete traçados alternativos que foram abordados pelo governo do Estado, conforme mencionado pelo secretário de Infraestrutura e Mobilidade, em audiência realizada no dia 11/3/2021, em Brumadinho, esclarecendo-se quais foram os critérios de comparação técnica e econômica que pautaram a escolha pelo traçado proposto para a obra; nos estudos de impacto ambiental da obra, devendo ser apresentados o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental, especificando-se as ações de mitigação do impacto do projeto; qual o percentual, em termos quantitativos e qualitativos, do trânsito do atual Anel Rodoviário será deslocado para o novo rodoanel e quais serão as consequências, positivas e negativas, desse deslocamento; quais são os controles previstos sobre os tipos dos veículos e das cargas que trafegarão nas duas vias e qual a dimensão dos impactos, positivos e negativos, do novo rodoanel no tráfego a curto, médio e longo prazos; qual será a compensação ao Município de Brumadinho, considerando-se que nenhum dos acessos previstos no projeto do novo rodoanel está dentro do município; quais as análises de riscos relativas às construções dos túneis previstos para a obra, considerando-se, especialmente, sua localização sobre importantes regiões aquíferas; quais as consequências do impacto para a captação de água para abastecimento da região metropolitana pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa; as análises sistemáticas dos possíveis impactos do rodoanel sobre os aspectos culturais, históricos, arqueológicos, sociais e ambientais, esclarecendo-se de qual modo esses impactos foram considerados nos critérios para a escolha do traçado sugerido para a obra; os critérios econômicos que determinaram a redução de 45,84% no valor da construção dos túneis entre as propostas 1B e 1C, ao mesmo tempo em que houve aumento de 2,21km de extensão entre uma proposta e outra, disponibilizando-se, publicamente, os estudos que resultaram na disparidade antes mencionada; e se o custo previsto para a construção dos túneis será suficiente para cobrir todo o risco geológico, visto que o traçado 1C não inclui nenhuma sondagem ou estudo geológico para a sua execução – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 10.619/2022, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa pedido de informações sobre o custo total da implantação da loja conceito de atendimento em Belo Horizonte e o custo mensal que será gerado para o funcionamento e a manutenção dessa estrutura – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 10.693/2022, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – e ao governador do Estado pedido de informações consubstanciadas nos estudos realizados por aquela empresa, contendo planilhas de custos operacionais, projeções e expectativas de visitação de público, ganho de visibilidade comercial e projeções de lucro e benefícios, que balizaram a tomada de decisão do governo de Minas de incluir o Parque das Águas de Caxambu em processo de consulta pública para receber propostas do setor privado de compra, concessão ou aluguel – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 10.723/2022, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido

de informações sobre o projeto de concessão da BR-459, especialmente no trecho que corta o Município de Itajubá – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.057/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde e à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre os recursos financeiros investidos no Hospital Júlia Kubitschek, nos últimos cinco anos, indicando-se se as melhorias e os avanços acontecidos no hospital são resultado direto da aplicação desses recursos, tendo em vista as notícias que indicam o fechamento da unidade de emergência e do serviço ambulatorial de saúde da mulher, bem como os impactos da interrupção dos serviços para o atendimento pré-natal e para a maternidade – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.058/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à presidente da Fhemig pedido de informações sobre a quantidade de leitos da Unidade de Terapia Intensiva – UTI – disponíveis atualmente no Hospital Júlia Kubitschek, destacando-se desse número quantos estão em efetivo funcionamento; se houve recente desativação de leitos de UTI no referido hospital, indicando-se a quantidade e os motivos da desativação; e se há planejamento com previsão para a reabertura desses leitos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.059/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à presidente da Fhemig pedido de informações, a propósito do restabelecimento dos atendimentos no setor de urgência e emergência do Hospital Júlia Kubitschek, em Belo Horizonte, sobre a existência de tratativas com a Secretaria de Saúde de Belo Horizonte para que o setor de urgência e emergência do referido hospital atue como retaguarda para os pacientes oriundos da Unidade de Pronto Atendimento – UPA – do Barreiro ou de outras UPAs de Belo Horizonte, indicando a quantidade de leitos de enfermagem que serão ofertados para o acolhimento dessa demanda, bem como a quantidade desses leitos que serão disponibilizados tão logo ocorra a reabertura do serviço de urgência e emergência à população; o número de profissionais de saúde, especificando se são médicos, enfermeiros, etc., que serão contratados ou designados para compor as equipes de trabalho; a previsão de reabertura do atendimento de urgência e emergência como "porta aberta" à população, com a indicação de data específica; e a existência de planejamento ou qualquer medida com vistas ao encerramento ou à redução das atividades do ambulatório de atendimento à saúde da mulher do referido hospital, explicando-se os motivos para a adoção da medida – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.102/2022, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado às secretarias de Estado de Desenvolvimento Social e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o processo de construção da Resolução Conjunta Sedese/Semad nº 01, de 4 de abril de 2022, consubstanciadas nos estudos técnicos e atas de reuniões que embasaram a formulação da referida resolução, sobretudo diante de denúncias feitas por participantes durante audiência de convidados realizada pela comissão no dia 20/4/2022 de que a norma apresenta vícios e ilegalidades que ferem os direitos dos povos e comunidades tradicionais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.146/2022, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre o monitoramento das águas dos Rios Paraopeba, Doce e das Velhas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.158/2022, de autoria do deputado Zé Guilherme, em que requer seja encaminhado à chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre o número de notificações ou reclamações que o órgão recebeu em razão do barulho feito no Bar do Dedinho, localizado na Avenida Deputado Anuar Menhem, nº 235, Santa Amélia, Belo Horizonte – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 11.194/2022, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as despesas realizadas com os recursos próprios do Estado e provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – na distribuição de *kits* de alimentação escolar aos alunos da rede estadual de ensino em 2020 e 2021 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.208/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados aos alunos da instituição, especialmente aqueles com deficiência visual – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.209/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requer

seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o cumprimento da Lei nº 9.401, de 1986, que autoriza o Poder Executivo a reduzir para 20 horas semanais a jornada de trabalho do servidor público estadual legalmente responsável por pessoa com deficiência, em vista de demanda, recebida por aquela comissão, acerca de possível interrupção no benefício de redução de jornada de servidora pública – parecer pela aprovação, aprovado. Isso posto, a Mesa manifesta-se favorável à concessão de licença especial remunerada, para candidatura a cargo eletivo, com início em 2 de julho de 2022 e término na véspera do pleito, ao servidor Mateus Simões de Almeida, em conformidade com os termos do art. 1º, inciso II, alínea “I” da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, e do art. 171, inciso II, da Deliberação da Mesa nº 269, de 5 de maio de 1983. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 27 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 27 de junho de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 27/6/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide delegar competência ao diretor-geral para assinar e fazer publicar, no presente exercício, o edital para concurso público nº 1/2022, que visa ao preenchimento de vagas de cargos de analista legislativo, procurador e técnico de apoio legislativo, e para expedir e publicar quaisquer atos complementares necessários à realização e homologação do concurso. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa MOA Manutenção e Operação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, de forma ininterrupta e continuada, com dedicação intensiva de mão de obra, englobando serviços de suporte técnico e operação das instalações e sistemas prediais civil, elétrico, eletromecânico, hidrossanitário, refrigeração, climatização, detecção e combate a incêndio nas edificações da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – parecer favorável à prorrogação e à revisão de preços, em virtude da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2022, à elevação do salário-mínimo e à atualização dos preços das passagens de transporte coletivo, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 4 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 4/7/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem do deputado Mário Henrique Caixa, considerando os esclarecimentos apresentados pelo parlamentar; 2ª) altera regras previstas no inciso I do *caput* do art. 2º da Deliberação nº 2.435/2008, considerando o estágio profissionalizante com exercício das atividades na Gerência-Geral de Tecnologia da Informação e na Procuradoria-Geral. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à concessão de licença especial remunerada, para candidatura a cargo eletivo, com início em 2 de julho de 2022 e término na véspera do pleito, ao servidor Haroldo Dartagnan de Carvalho, em conformidade com os termos da alínea “I” do inciso II do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, e do inciso II do art. 171 da Deliberação da Mesa nº 269, de 5 de maio de 1983. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 6 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de julho de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 11/7/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa, referente ao mês de abril de 2022, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab –, referente ao mês de abril de 2022, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 30/4/2022, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009; 4ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem ao deputado Alencar da Silveira Jr., considerando os esclarecimentos apresentados pelo parlamentar. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 12 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de julho de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 1º/6/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Milhas Turismo, tendo como objeto a prestação de serviço de transporte de passageiros em ônibus, com motorista – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Thiago Cota referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapias, por meio de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde Ocupacional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: designando Isabella Oliveira Rozendo para a função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Saúde Ocupacional – Gerência de Convênios de Saúde; verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/6/2022, o servidor Otacilio Duarte de Freitas, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria, no exercício da função gratificada de nível superior – FGS; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/6/2022, o servidor Washington Angelo Cabral, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 6 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de junho de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 14/6/2022

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, por meio da Deliberação nº 2.793/2022, a Mesa altera a Deliberação nº 2.781, de 27 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa, na forma que especifica, observados os protocolos sanitários necessários à preservação da saúde das pessoas. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: verificado o

cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 9/6/2022, o servidor Jairo Nogueira Cirilo, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 20 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 20 de junho de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 6/7/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, para fins de cumprimento das obrigações decorrentes do conjunto de benefícios mantidos para os segurados vinculados ao Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg –, a Mesa decide ratificar a autorização contida no inciso III do *caput* do art. 1º da Decisão de 16 de agosto de 2017, para repassar os recursos referentes à composição da reserva técnica do instituto que são de responsabilidade do poder público, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite Requerimento nº 11.479/2022, de autoria dos deputados Agostinho Patrus, Alencar da Silveira Jr., Ana Paula Siqueira, André Quintão, Andréia de Jesus, Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago, Arnaldo Silva, Beatriz Cerqueira, Bernardo Mucida, Betão, Betinho Pinto Coelho, Bosco, Braulio Braz, Bruno Engler, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Cássio Soares, Celinho Sintrocel, Celise Laviola, Charles Santos, Cleitinho Azevedo, Coronel Sandro, Cristiano Silveira, Dalmo Ribeiro Silva, Delegada Sheila, Delegado Heli Grilo, Doorgal Andrada, Douglas Melo, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Elismar Prado, Fábio Avelar de Oliveira, Fernando Pacheco, Gil Pereira, Glaycon Franco, Gustavo Mitre, Gustavo Santana, Hely Tarquínio, Inácio Franco, Ione Pinheiro, João Leite, João Magalhães, João Vítor Xavier, Leandro Genaro, Leninha, Léo Portela, Leonídio Bouças, Mário Henrique Caixa, Marquinho Lemos, Mauro Tramonte, Noraldino Júnior, Osvaldo Lopes, Professor Cleiton, Professor Irineu, Rafael Martins, Raul Belém, Roberto Andrade, Rosângela Reis, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Tadeu Martins Leite, Thiago Cota, Tito Torres, Ulysses Gomes, Virgílio Guimarães e Neilando Pimenta em que requerem a indicação do deputado Agostinho Patrus para ocupar a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG –, uma vez que o candidato preenche os requisitos de competência técnica, idoneidade moral, reputação ilibada, idade e experiência profissional – parecer pelo deferimento do requerimento, atendidos os requisitos constitucionais e regimentais para a habilitação ao exercício do cargo de conselheiro do TCE-MG, aprovado; Requerimento nº 11.489/2022, de autoria das seguintes Comissões: Assuntos Municipais e Regionalização; Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras; e Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações com vistas ao detalhamento de todas as intervenções a serem executadas no Estado pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica, intervenções essas discutidas nas tratativas de que a secretaria participou junto com a União, visando à renovação antecipada dessa concessão – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.495/2022, de autoria das seguintes Comissões: Trabalho, Previdência e Assistência Social; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Esporte, Lazer e Juventude; Defesa dos Direitos da Mulher; e Direitos Humanos, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca dos motivos que

ensejaram a demora na assinatura do Acordo de Cooperação que objetiva a doação do imóvel de propriedade do Estado para extinção do processo de reintegração de posse nº 500719-742020-8.13.0672 e a consequente doação à Ocupação Cidade de Deus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.496/2022, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Defesa dos Direitos da Mulher; e Direitos Humanos, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações para regulamentar a transferência permanente de renda para a população extremamente pobre e viabilizar recursos para um programa dessa natureza, bem como sobre o andamento e atual etapa de elaboração do Plano Estadual de Combate à Extrema Pobreza – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.498/2022, de autoria das seguintes Comissões: Trabalho, Previdência e Assistência Social; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Esporte, Lazer e Juventude; Defesa dos Direitos da Mulher; e Direitos Humanos, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca das políticas existentes para acesso à terra e à moradia culturalmente adequada para os povos ciganos de Minas Gerais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.499/2022, de autoria das seguintes Comissões: Direitos Humanos; Esporte, Lazer e Juventude; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social; e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca das providências tomadas para acompanhamento das famílias do Morro do Papagaio, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte, que estão em processo de desapropriação, por residirem próximo às redes de transmissão de alta tensão da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.500/2022, de autoria das seguintes Comissões: Trabalho, Previdência e Assistência Social; Direitos Humanos; Esporte, Lazer e Juventude; Defesa dos Direitos da Mulher; e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca de quais providências serão tomadas para sanar possíveis violações de direitos humanos à moradia e à vida decorrentes do fim da suspensão dos despejos referente à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – nº 828, previsto para o dia 31 de outubro de 2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.501/2022, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social; e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a quantidade de conselhos municipais de políticas sobre drogas no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.502/2022, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social; e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações acerca do *status* de implementação do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren –, em particular no tocante ao repasse de recursos para a Sedese, a fim de se implementar políticas de prevenção ao uso e abuso de drogas, haja vista essa informação já ter sido solicitada anteriormente, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, sem o exato recebimento dos dados solicitados – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.503/2022, de autoria das seguintes Comissões: Direitos Humanos, Trabalho, Previdência e Assistência Social; Esporte, Lazer e Juventude; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e Defesa dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca de quais providências serão tomadas, em conjunto com o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, para assegurar a continuidade da Feira do Metropolitano, em Ribeirão das Neves, onde 16 barracas foram removidas e destruídas no dia 28/6/2022, salientando-se que a feira promove a economia local e se tornou fonte de sustento para inúmeras famílias da região – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de

13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 11 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de julho de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 12/7/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.795/2022, veda a utilização de recursos da Assembleia Legislativa para confecção e postagem de cartões de Natal, comemorativos e similares. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite Requerimento nº 11.263/2022, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre quais foram as transferências voluntárias realizadas pelo Estado aos municípios que superaram o valor de R\$ 50.000,00 nos anos de 2021 e 2022, excetuando-se, nesse caso, as transferências decorrentes das emendas impositivas, quais cidades foram beneficiadas; quais os valores e quais objetos desses convênios ou resoluções, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.267/2022, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o conteúdo do Plano de Recuperação Fiscal, explicitando quais medidas legais seriam adotadas e quais contrapartidas seriam afastadas no plano, tendo-se em vista a tramitação de projeto de lei que requer a permissão para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.410/2022, de autoria da Comissão de Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2021, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o motivo de o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG –, ao responder ao pedido de informações contido no Requerimento nº 11.014/2022 sobre o impacto potencial da Tamisa na área a ser protegida em âmbito estadual na Serra do Curral, alegou posicionamentos emitidos para versão anterior do projeto do Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST –, que teve licenciamento requerido em 2014, mas que foi arquivado em 29/5/2019 a pedido do empreendedor, justificando-se o seguinte: se o Iepha-MG contratou um estudo de vulto para fundamentar o tombamento e o novo licenciamento teve início em janeiro de 2020, após a contratação e o início dos referidos estudos, como é possível que a manifestação da entidade permaneça com o mesmo paradigma; e, se os impactos ao patrimônio cultural da Serra do Curral, que antes – no âmbito do Estado – ainda estavam na esfera do interesse de preservação, mudaram de configuração, pois há um dossiê e um processo de tombamento em fase final, por que a não atualização da avaliação do instituto no momento em que é acionado pela Assembleia Legislativa por meio do Requerimento nº 11.014/2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.411/2022, de autoria da Comissão de Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2021, em que requer seja encaminhado à presidente do Iepha-MG pedido de informações sobre as razões para a não apreciação do dossiê de tombamento da Serra do Curral até a presente data, decorridos um ano e três meses da entrega do referido documento ao instituto; as razões para o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep –, órgão colegiado competente, não ter sido ouvido sobre os sucessivos

adiamentos na análise do dossiê e sobre novas estratégias de escuta da sociedade; as razões para o Conep não ter participado das etapas de análise do dossiê nem ter se pronunciado sobre elas; as razões para o Conep não ter sido o órgão responsável por conduzir as discussões com a sociedade e os municípios; sobre a quem cabe a responsabilidade pelos custos adicionais e pelas eventuais perdas de bens culturais indicados para tombamento específico, resultantes da demora da submissão ao Conep dos estudos realizados e pagos; e sobre quem se responsabilizará pela desconfiguração da paisagem que deveria ser protegida de acordo com os estudos contidos no dossiê – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.412/2022, de autoria da Comissão de Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2021, em que requer seja encaminhado à presidente do Iepha-MG pedido de informações, com base na resposta encaminhada no ofício OF/GAB/PR nº 160/2018, de 20/02/2018, no qual o órgão afirma que o empreendedor encaminhou ao Iepha-MG os estudos previstos na Deliberação Normativa Conep nº 007/2014 e na Portaria Iepha nº 52/2014 e que o empreendimento “não se encontra em área de proteção, até o momento”, e no ofício OF/GAB/PR nº 1403/2018, de 14/12/2018, no qual afirma que os estudos determinados pela Deliberação Normativa Conep nº 007/2014, o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – Prad –, a manifestação do Iphan (no que se refere à área tombada em nível federal) foram avaliados e a condicionante requerida pelo Iepha cumprida, e no qual consta manifestação favorável do instituto ao prosseguimento do licenciamento, com a observação de que o prosseguimento “não exige o empreendedor da responsabilidade em relação a quaisquer danos ao patrimônio cultural acautelado ou que venha a ser futuramente protegido”, sobre as seguintes questões: por que não foi expressamente mencionado nesses documentos que se tratava de empreendimento que implicaria potencialmente intervenção em área objeto de termo de compromisso com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – para contratação de estudos para tombamento (datado de 7/11/2017); e, no que se refere ao OF/GAB/PR nº 1403/2018, por que não foi mencionada a abertura do processo de tombamento da Serra do Curral, em 26/6/2018 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.515/2022, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os motivos para que seja vedada a ocupação do cargo de secretário de escola pelos especialistas em educação – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.518/2022, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre se foram firmados com os municípios termos de convênio ou de adesão que tratem de descentralização do ensino fundamental com previsão de cessão ou adjunção de profissionais efetivos do Estado após a data de 31/5/2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.519/2022, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento da secretaria para prover os cargos vagos de profissionais de magistério da rede pública do Estado diante da decisão da ADPF 915 no STF, que determinou a suspensão de novas contratações temporárias de pessoal na educação – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 11.554/2022, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre se os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais de Educação – Fundeb – têm sido utilizados para execução de ações no âmbito do projeto Mãos Dadas e do projeto Somar em 2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.556/2022, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os critérios adotados para estabelecer o número de cargos a serem extintos na estrutura da Secretaria de Estado de Educação e a serem criados na estrutura da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, no âmbito do Projeto de Lei nº 3.399/2021 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.603/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados ao CBMMG, em 2022, pelo governo do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.609/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral

da PMMG e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados à PMMG, em 2022, pelo governo do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.617/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados à PCMG, em 2022, pelo governo do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.618/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da PCMG pedido de informações acerca das medidas adotadas pela instituição com o objetivo de implementar o banco de dados previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 27 de julho de 2001, a qual regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.619/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da PCMG pedido de informações acerca das medidas adotadas pela instituição visando à prevenção ao autoextermínio de policiais civis, inclusive os recursos financeiros destinados a programas e políticas públicas com essa finalidade – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.620/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da PCMG pedido de informações sobre as medidas que têm sido adotadas e que estão sendo planejadas com vistas a melhorar o atendimento nas delegacias de plantão que operam sob a metodologia do plantão digital, inclusive a fim de se evitar que haja sobrecarga de trabalho para os policiais civis lotados nessas unidades; que vítimas, testemunhas e policiais militares aguardem demasiadamente pelo atendimento e pela conclusão dos procedimentos e que o registro de determinadas ocorrências seja prejudicado pela impossibilidade de contato pessoal e direto com vítimas, testemunhas e suspeitos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.621/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de informações consubstanciadas em sugestões com vistas a melhorar o atendimento prestado pelas delegacias de plantão da Polícia Civil que operam sob a metodologia do plantão digital, inclusive a fim de se evitar que vítimas, testemunhas e policiais militares aguardem demasiadamente pelo atendimento e pela conclusão dos procedimentos, que haja longos deslocamentos a fim de se lavrar o feito e que o registro de determinadas ocorrências seja prejudicado pela impossibilidade de contato pessoal e direto com testemunhas, vítimas e suspeitos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.623/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações acerca das medidas adotadas pela Sejusp para publicar, anualmente, o número de policiais penais e agentes de segurança socioeducativos mortos ou feridos em serviço, ou em razão dele, e o número desses servidores, aposentados, mortos ou feridos, conforme prevê a Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 2000, a qual dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.624/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Sejusp pedido de informações acerca das medidas adotadas pela Sejusp visando contribuir para o cumprimento da Lei nº 23.754, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 2000, a qual dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.625/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Sejusp pedido de informações acerca das medidas adotadas por aquela Secretaria visando a contribuir para o cumprimento da Lei nº 23.753, de 2021, a qual dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 27 de julho de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.626/2022, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Sejusp e ao titular da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados ao sistema prisional e também ao sistema socioeducativo, em 2022, pelo governo do Estado – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do

inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 30/6/2022, a servidora Maria Aparecida Ventura de Miranda, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo; verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 11/7/2022, a servidora Daniele Lara Nicácio, ocupante do cargo efetivo de oficial de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 25 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 25 de julho de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 25/7/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de maio de 2022, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de maio de 2022, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/5/2022, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa SM Consultoria em Projetos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 1º de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de agosto de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS FURA-FILAS DA VACINAÇÃO, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/7/2021

Às 16h6min, comparecem à reunião os deputados João Vítor Xavier, Ulysses Gomes, Cássio Soares, Hely Tarquínio, Roberto Andrade e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Guilherme da Cunha. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes e determina a anexação das respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a apreciar o Relatório Final. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. O presidente deixa de receber o Substitutivo nº 1 ao Relatório Final, dos deputados Zé Reis e Guilherme da Cunha. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Relatório Final e rejeitadas as Emendas nºs 1 e 2, dos deputados Roberto Andrade e Zé Reis. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2021.

João Vítor Xavier, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 10 horas do dia 23 de setembro de 2022, destinada à realização da plenária final do Parlamento Jovem de Minas 2022.

Palácio da Inconfidência, 22 de setembro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

O 1º-secretário despachou, em 21/9/2022, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais, solicitando a prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 11.637/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.738, de 2020.)

Da Fundação Getúlio Vargas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.674/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 21/9/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Bruna Micheline Batista Pereira Ottoni, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 67/2022****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 120/2022**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/10/2022, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de materiais de copa e cozinha.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2022.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

ESTADO DE MINAS GERAIS – PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	93.059.519,26	93.908.086,42	93.350.617,59	264.409.141,36	95.498.375,74	94.556.087,48	93.879.442,68	126.161.547,78	109.030.353,98	135.103.570,03	105.521.553,48	105.882.393,55	1.410.360.689,35	44.828.187,36	
Pessoal Ativo	57.689.498,14	58.372.175,91	58.025.382,74	184.248.910,94	59.320.680,31	58.425.613,47	57.945.048,80	83.094.245,30	69.779.240,93	82.357.551,11	66.838.851,61	67.498.952,27	903.596.151,53	44.828.187,36	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	46.588.042,69	47.329.317,60	47.004.010,27	162.809.884,01	48.402.665,27	47.451.387,08	46.942.116,32	62.579.403,82	56.943.959,02	69.835.838,87	54.293.883,09	54.703.141,46	744.883.649,50	44.828.187,36	
Obrigações Patronais	11.101.455,45	11.042.858,31	11.021.372,47	21.439.026,93	10.918.015,04	10.974.226,39	11.002.932,48	20.514.841,48	12.835.281,91	12.521.712,24	12.544.968,52	12.795.810,81	158.712.502,03		
Pessoal Inativo e Pensionistas	35.370.021,12	35.535.910,51	35.325.234,85	80.160.230,42	36.177.695,43	36.130.474,01	35.934.393,88	43.067.302,48	39.251.113,05	52.746.018,92	38.682.701,87	38.383.441,28	506.764.537,82		
Aposentadorias, Reserva e Reformas	31.116.903,03	31.187.624,44	30.978.007,14	74.873.793,50	31.538.396,47	31.267.873,45	31.087.496,87	38.037.887,05	33.757.539,23	47.083.412,05	33.872.233,59	33.635.303,40	448.436.470,22		
Pensões (5)	4.253.118,09	4.348.286,07	4.347.227,71	5.286.436,92	4.639.298,96	4.862.600,56	4.846.897,01	5.029.415,43	5.493.573,82	5.662.606,87	4.810.468,28	4.748.137,88	58.328.067,60		
Outras Despesas de Pessoal – Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	14.542.891,52	14.282.562,05	14.370.737,39	27.601.524,83	14.436.519,51	14.105.644,53	13.827.986,52	23.810.553,41	17.004.290,88	15.892.497,88	15.832.862,06	15.713.053,88	201.421.124,46	44.828.187,36	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	108.010,75	254.859,85	180.104,94	128.664,17	167.132,19	154.523,88	46.546,59	217.715,19	155.042,70	185.341,77	226.417,17	152.916,22	1.977.275,42		
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	677,15	0,00	0,00	0,00	0,00	7.357,30	0,00	0,00	0,00	8.034,45	14.828.187,36	
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	14.434.880,77	14.027.702,20	14.127.491,24	27.472.183,51	13.909.095,85	13.916.468,58	13.781.439,93	23.592.838,22	16.801.333,79	15.707.156,11	15.577.653,70	15.560.137,66	198.908.381,56		
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (3)	0,00	0,00	63.141,21	0,00	360.291,47	34.652,07	0,00	0,00	40.557,09	0,00	28.791,19	0,00	527.433,03	30.000.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	78.516.627,74	79.625.524,37	78.979.880,20	236.807.616,53	81.061.856,23	80.450.442,95	80.051.456,16	102.350.994,37	92.026.063,10	119.211.072,15	89.688.691,42	90.169.339,67	1.208.939.564,89	0,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					VALOR						% SOBRE A RCL AJUSTADA				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA – RCL (IV)					89.028.638.464,64						100,00				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)					1.208.939.564,89						1,3579				
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)					1.780.572.769,29						2,0000				
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)					1.691.544.130,83						1,9000				
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)					1.602.515.492,36						1,8000				
FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG, 20/Set/2022, 10h e 48m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 01/Set/2022, 9h e 30m.															

Notas: (1) Indenização por exoneração de servidores de recrutamento amplo: férias e adicional de férias, pagos por ocasião da exoneração (elemento/ítem 3.1.90.94-01): R\$1.977.275,42

(2) Despesas com inativos e pensionistas custeadas com recursos de contribuições patronais e de servidores para o Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais - FFP-MG - art.19, §1º, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: R\$198.908.381,56;

(3) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: Férias-prêmio devidas por ocasião da aposentadoria (elemento/ítem 3.1.90.16-05): R\$527.433,03;

(4) Os limites máximo, prudencial e de alerta foram fixados em conformidade com a Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial de Contas em 12 de janeiro de 2015;

(5) Acrescentando, a partir deste relatório, as despesas com pensionistas custeadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG - §7º do art. 20 da LRF, acrescido pela L.C. 178/2021.

Deputado Agostinho Célio Andrade Patrus, presidente – Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Deputado Jean Mark Freire Silva, 2º-vice-presidente – Deputado Alencar Magalhães da Silveira Júnior, 3º-vice-presidente – Deputado Luiz Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Deputado Carlos Henrique Alves da Silva, 2º-secretário – Deputado Arlen de Paulo Santiago Filho, 3º-secretário – Cristiano Félix dos Santos Silva, diretor-geral – Antoninho Rodrigues Goulart, diretor de Finanças